



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 61/2014

Altera a Lei nº 16.709, de 23 de dezembro de 2010,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.709, de 23 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava.

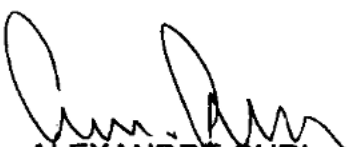
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava.

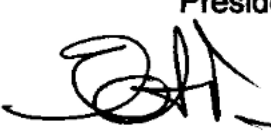
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º Revoga a Lei nº 17.922, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 63/2014

Altera a Lei nº 12.412, de 30 de dezembro de 1998,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.412, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Nova Olímpia, com sede no Município de Nova Olímpia e foro
no Município de Cidade Gaúcha.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Nova Olímpia, com sede no Município de Nova Olímpia e foro
no Município de Cidade Gaúcha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.924, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator

Pastor Elton



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 64/2014

Altera a Lei nº 8.486, de 9 de junho de 1987, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.486, de 9 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandirituba, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandirituba, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

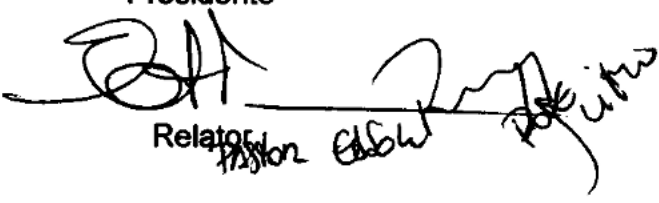
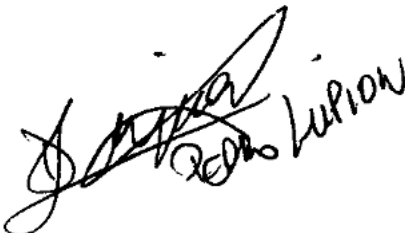
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.933, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 65/2014

Altera a Lei nº 12.618, de 12 de julho de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.618, de 12 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariópolis, com sede no Município de Mariópolis e foro no Município de Clevelândia.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariópolis, com sede no Município de Mariópolis e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

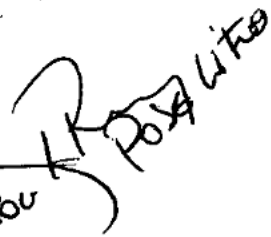
Art. 3º Revoga a Lei nº 17.930, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 127/2014

Altera a Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.


Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

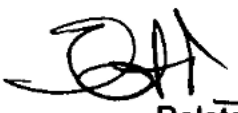
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

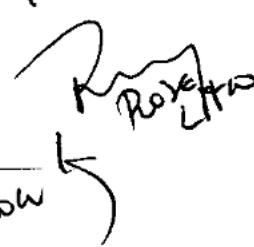
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

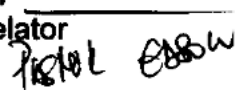
Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


Paulo Henrique


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Roberto


Emanoel



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 128/2014

Altera a Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública o Recanto Espírita “Somos Todos Irmãos” – RESTI, com sede e foro no Município de Maringá”.


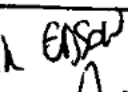

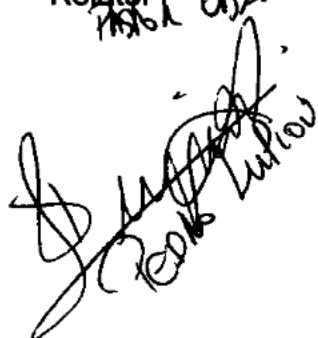
Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Recanto Espírita “Somos Todos Irmãos” – RESTI, com sede e foro no Município de Maringá”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator  




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 130/2014

Altera a Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, passa a
vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de
Assistência à Mucoviscidose no Paraná, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à
Mucoviscidose no Paraná, com sede e foro no Município de
Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 131/2014

Altera a Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

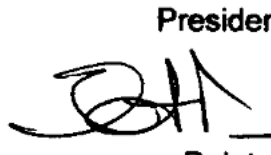
Art. 1º Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

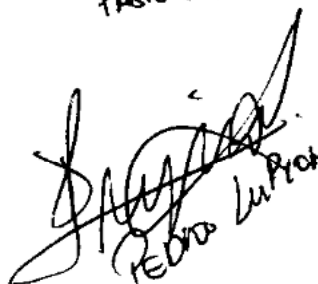
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 4/2014

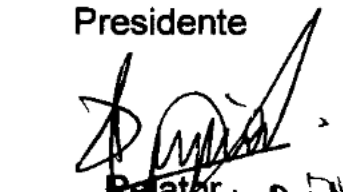
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de fevereiro de 2014.

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator
Pedro Lupion


Roberto Lino


Autor Enxeto



Projeto de Lei nº 664/13

Súmula: Denomina de **DR. IVO ROCHA**, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo – Ouro Verde do Oeste – São José das Palmeiras e Santa Helena, em homenagem ao médico Dr. José Ivo Alves da Rocha.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 NOV. 2013

1º Secretário

Art. 1º - Fica denominado de **DR. IVO ROCHA**, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo – Ouro Verde do Oeste – São José das Palmeiras e Santa Helena, em homenagem ao médico Dr. José Ivo Alves da Rocha.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2013.

DUILIO GENARI
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA:

O Dr. José Ivo Alves da Rocha, fixou residência em Toledo, no ano de 1958, recém formado na UFPR iniciou o exercício da medicina. Dentro da sua humildade e espírito humanístico, logo foi conseguindo o maior respeito de toda a então ainda pequena comunidade, tornando-se um renomado e dedicado médico.

Com elevado sentimento comunitário, desde os primeiros dias começou a participar ativamente do dia a dia do desenvolvimento de Toledo.

Pelo desempenho incansável, tornou-se um respeitado líder comunitário e por seu modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo, a população de Toledo foi reconhecendo nele um líder político e assim prestar grandes serviços também nessa área.

Dr. Ivo Rocha foi o primeiro vice-prefeito de Toledo, tendo exercido assumido diversas vezes de forma interina o cargo de Prefeito. Eleito Vereador em 1968, presidiu a Câmara Municipal por quatro anos consecutivos. Na condição de suplente, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o convidou e empossado exerceu o mandato entre os anos de 1972 a 1974.

Um homem de grande valor em vida, brava gente, firme decidido, destaque e respeitado por todos, que deixa muita saudade na mente e coração da gente toledense, pois infelizmente faleceu após luta contra uma enfermidade, em data de 09 de janeiro de 2012.

Em reconhecimento ao seu grande feito, Assembleia Legislativa Do Estado Do Paraná presta uma justa homenagem denominando a Rodovia PR-317 de RODOVIA DR. IVO ROCHA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 664/2013

Projeto de Lei nº 664/2013

Autor: Deputado Duílio Genari.

Súmula: Denomina de Dr. Ivo Rocha, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo – Ouro Verde do Oeste – São José das Palmeiras e Santa Helena, em homenagem ao médico Dr. José Ivo Alves da Rocha.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER/PR INFORMANDO QUE A RODOVIA A SER DENOMINADA NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Duílio Genari, tem por objetivo denominar de Dr. Ivo Rocha, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo, Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da Constituição do Estado determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da Constituição Estadual, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a Lei Estadual nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infra-estrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada, a mesma deverá ser substituída para que tanto o conteúdo, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

CONCLUSÃO



Assim, opinamos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei em análise, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL em anexo.

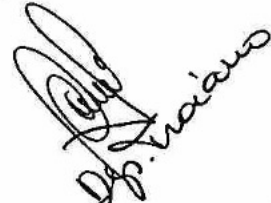
Sala das Comissões em 25/03/14


NELSON JUSTUS
Presidente

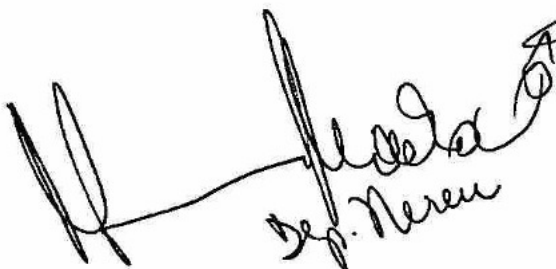

TERCÍLIO TURINI
Relator


Dep. Scatena

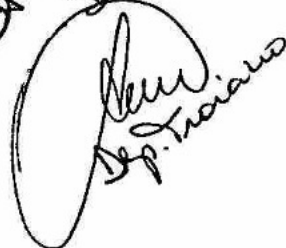

Dep. Turiani

Dep. Leuphion


Dep. Turiani


Dep. Oster


Dep. Nereu

APROVADO
25.03.14


Dep. Turiani



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 664/2013


De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 664/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Denomina de Dr. Ivo Rocha, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo – Ouro Verde do Oeste – São José das Palmeiras e Santa Helena.

Art. 1º - Fica denominado de Dr. Ivo Rocha, a Rodovia PR-317, que interliga os Municípios de Toledo – Ouro Verde do Oeste – São José das Palmeiras e Santa Helena.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 25/03/14



NELSON JUSTUS
Presidente


Dr. Gonçalves


TERCÍLIO TURINI
Relator


Dr. Laurion

APROVADO

25.03.14 


Dep. Pastor


Dep. Pinheiro


Dep. Maia